

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Realize Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("Realize CFI"), relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2018, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes. A Realize CFI é controlada pela Lojas Renner S.A. ("Companhia") e tem como objetivo oferecer, de forma flexível, ágil e transparente instrumentos de conveniência e fidelização de clientes, alinhados com a proposta de valor da Companhia, resultando em importante suporte à operação de varejo.

Ao longo do semestre, continuamos o plano de implementação de novas funcionalidades e serviços do Cartão Co-Branded (Meu Cartão) e do Saque Rápido (Empréstimo Pessoal) através da digitalização da experiência e do relacionamento com clientes. Dentre as realizações, destacamos a implantação da Biometria Facial com impactos positivos em nossos processos de concessão e manutenção de crédito, além da maior segurança para os nossos clientes. Ainda relacionado ao gerenciamento do risco de crédito, lançamos um portal de negociação de dívidas totalmente digital, facilitando ainda mais o dia a dia dos clientes no atual cenário econômico. Avançamos, também, com os canais digitais, consolidando no aplicativo da Lojas Renner, as funcionalidades dos cartões e, assim, possibilitamos uma integração maior entre a loja virtual, Cartões Renner e lojas físicas. Mais soluções estão por vir, sempre buscando o encantamento dos nossos clientes.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2018	2017
Circulante		1.211.058	297.144
Disponibilidades	4	28.911	295.950
Depósitos bancários		27.837	295.785
Disponibilidades em moeda estrangeira		1.074	165
Títulos e valores mobiliários	5	52.385	-
Carteira própria		26.953	-
Vinculados a compromissos de recompra		25.432	-
Operações de crédito	6	392.753	-
Operações de crédito		568.384	-
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa		(175.631)	-
Outros créditos		736.826	1.194
Adiantamentos		196	114
Crédito tributário	16.b	79.194	-
Impostos e contribuições		16.386	-
Títulos e créditos a receber	6	627.455	-
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa - outros créditos	6	(3.914)	-
Valores a receber - partes relacionadas	19	9.243	551
Devedores diversos		8.266	529
Outros valores e bens		183	-
Despesas antecipadas		183	-
Realizável a longo prazo		2.610	-
Operações de crédito	6	2.552	-
Operações de crédito		3.782	-
Provisão para crédito de liquidação duvidosa		(1.230)	-
Outros créditos	6	58	-
Títulos e créditos a receber		58	-
Permanente		9.714	4.349
Imobilizado de uso	8	1.324	1.557
Imobilizado de uso		1.656	1.605
Depreciações acumuladas		(332)	(48)
Intangível	8	8.390	2.792
Intangível		10.782	2.888
Amortizações acumuladas		(2.392)	(96)
Total do ativo		1.223.382	301.493

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017** (Em milhares de Reais)

	Nota	Reserva de lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros ou prejuízos acumulados	Total
		Reserva Legal	Reserva de Expansão			
Saldos em 21 de março de 2017		-	-	-	-	-
Integralização de capital social	15 a.	15.000	-	-	-	15.000
Aumento de capital social	15 a.	135.000	-	-	-	135.000
Prejuízo do período		-	-	-	(242)	(242)
Saldos em 30 de junho de 2017		150.000	-	-	(242)	149.758
Saldos em 31 de dezembro de 2017		150.001	1.693	31.933	1	183.628
Lucro líquido do período		-	-	-	55.301	55.301
Destinação do lucro		-	2.765	52.536	(55.301)	-
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	(5)	(5)
Saldos em 30 de junho de 2018	15 b. e 15 c.	150.001	4.458	84.469	(4)	238.924

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Realize Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("Financeira") está localizada na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Travessa Francisco Leonardo Truda e foi constituída em 21 de março de 2017. A Realize Crédito, Financiamento e Investimento S.A. tem como objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às Companhias de Crédito, Financiamento e Investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor. Em 24 de março de 2017 foi protocolado junto ao Banco Central do Brasil ("BACEN") o requerimento de inspeção da estrutura organizacional implementada, sendo esse ato o requerimento prévio à autorização de funcionamento da Financeira. O ato de autorização de funcionamento foi emitido em 27/06/2017 através do Ofício 12.314/2017 BCB/Deorf/GTPAL.

Em 1º de julho de 2017, através de reunião de sócios da Renner Administradora de Cartões de Crédito Ltda. e Assembleia Geral Extraordinária da Realize Crédito, Financiamento e Investimento S.A., ambas controladas direta e indiretamente pela Lojas Renner S.A., a Administração aprovou protocolo da cisão parcial de ativos e passivos da Renner Administradora de Cartões de Crédito Ltda. ("Cindida"), que foram incorporados à Realize Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("Cindenda"). Referida transação, conforme laudo contábil emitido na data de 1º de julho de 2017, tomando como referência a data base de 1º de junho de 2017, resultou em um acervo líquido de R\$ 1 (mil reais), sendo R\$ 779.121 mil em ativos e R\$ 779.120 mil em passivos, todos correspondentes das operações do "Meu Cartão". Nos documentos societários que aprovaram a operação, ficou definido que as variações patrimoniais ocorridas entre a data base mencionada e a data da efetiva incorporação, seriam absorvidas pela Realize Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("Cindenda"). A partir desta data, a Cindenda sucedeu a Cindida em tão somente nos direitos e obrigações tratados nos atos societários relacionados.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas em conformidade com as normas e instruções expedidas pelo Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil - BACEN, substanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

Na elaboração das Demonstrações Financeiras foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. As principais operações e avaliações significativamente impactadas por estimativas são: provisões de perdas com operações de crédito, provisão para contingências, valor justo dos instrumentos financeiros, impostos diferidos e vida útil do ativo imobilizado.

Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas.

Em 16 de julho de 2018, a Administração aprovou as demonstrações financeiras e autorizou divulgá-las, a partir dessa data.

3. DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**a. Moeda funcional**

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Financeira. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

b. Apuração de resultados

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em

DESEMPENHO OPERACIONAL - 1S18

O ano de 2018 iniciou com expectativas de retomada da economia, em um ambiente favorável de queda de juros e baixa inflação. Ao longo do semestre, no entanto, observamos um consumidor cauteloso e mais sensível a preços, impactado também pela greve dos caminhoneiros que reduziu o fluxo de clientes nas lojas e de certa forma a economia como um todo. Mesmo nesse cenário, as carteiras de crédito da Realize CFI, apresentaram crescimento de 10,87% no primeiro semestre, percentual ainda acima das projeções do mercado em geral, que se encontram atualmente em cerca de 7%.

A Receita com a Intermediação Financeira somou R\$ 247,1 milhões, ainda favorecida pela maturação do produto Meu Cartão e pelo maior uso de crédito proporcionado pela unificação dos limites de crédito ocorrida em outubro de 2017. No período, as Despesas de Intermediação Financeira foram de R\$ 112,2 milhões.

A inadimplência também mereceu destaque, dado que continuou em níveis bastante baixos e sem nenhum sinal de deterioração da qualidade de crédito. No semestre, pôde-se ainda observar que o maior percentual de provisionamento sobre carteira é consequência, basicamente, do processo de maturação do Meu Cartão, e do "aging" da carteira.

A Realize CFI alcançou no período um Lucro Líquido de R\$ 55,3 milhões e o Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio (ROAE) atingiu a marca de 26,17% no primeiro semestre. O Índice de Basiléia, em 30 de junho de 2018, foi de 16,34%.

A Dívida Líquida chegou, em junho de 2018, a R\$ 136,1 milhões, representando 1,27 vezes sua geração de caixa no período.

GENE

A Realize CFI acredita no valor do desenvolvimento de um ambiente colaborativo, composto por gente que gosta de gente. Trabalhamos em equipe e estimulamos a criatividade, inovação e protagonismo. Buscamos proporcionar condições iguais para todos desenvolverem suas potencialidades.

PERSPECTIVAS

Apesar do alto grau de incerteza no cenário econômico e político, a Realize CFI continuará com foco na execução de seus objetivos estratégicos voltados para a transformação digital, um meio para proporcionar uma experiência mais fácil, ágil e encantadora para seus clientes.

AGRADECIMENTOS

A Realize CFI agradece a todos os seus colaboradores, clientes e fornecedores pelo engajamento, dedicação e confiança ao longo do 1º semestre/18.

Porto Alegre, 14 de agosto de 2018.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	2018	2017
Receita da intermediação financeira		247.101	957
Operações de crédito		245.422	-
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez		65	-
Rendas de títulos de renda fixa		1.614	957
Despesa da intermediação financeira		(112.212)	(1)
Operações de captação no mercado		(6.154)	(1)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6 e.	(106.058)	-
Resultado bruto da intermediação		134.889	956
Outras receitas (despesas) operacionais		(27.739)	(1.396)
Rendas de prestação de serviços		354	-
Rendas de tarifas bancárias	17	64.850	-
Despesas de pessoal		(6.374)	(733)
Outras despesas administrativas	18	(52.993)	(604)
Despesas tributárias		(17.193)	(56)
Outras receitas operacionais		9	-
Outras despesas operacionais		(16.392)	(3)
Resultado antes da tributação sobre o lucro		107.150	(440)
Imposto de renda e contribuição social	16 a.	(51.849)	198
Imposto de renda e contribuição social corrente		(64.716)	-
Imposto de renda e contribuição social diferido		12.867	198
Lucro líquido (Prejuízo) do período		55.301	(242)
Quantidade de ações do capital social		150.001	150.000
Lucro líquido (Prejuízo) por ação		0,37	(0,00)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - (MÉTODO INDIRETO)**SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017**

(Em milhares de Reais)

	Nota	2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido (Prejuízo) do período			55.301 (242)
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa e equivalentes de caixa gerados pelas atividades operacionais:		175.944	(55)
Depreciações e amortizações	8	1.225	143
Provisão para operações de crédito		106.049	-
Provisão para contingências		1.894	-
Imposto de renda e contribuição social	16 a.	67.700	(198)
Variação cambial		(924)	-
Variações nos ativos e passivos		(198.205)	740
(Aumento) em títulos e valores mobiliários		(1.603)	-
(Aumento) em operações de crédito		(235.674)	-
Redução/(Aumento) em outros créditos		33.519	(995)
(Aumento) em outros valores e bens		(147)	-
Aumento em depósitos interfinanceiros		20.296	-
Aumento em carteira própria	10	25.404	-
(Redução)/Aumento em outras obrigações		(44.938)	1.735
Aumento em recursos de letras financeiras, hipotecárias, de créditos e similares		4.938	-
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais		33.040	443
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(51.308)	-
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	8 a.	(40)	(1.605)
Aquisição de intangível	8 b.	(1.608)	(2.888)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(1.648)	(4.493)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Integralização de capital	15 a.	-	150.000
Captações CDI não ligadas		-	150.000
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos		-	300.000
Variação cambial sobre disponibilidades em moeda estrangeira		691	-
(Redução) Aumento no caixa e equivalentes de caixa		(19.225)	295.950
No início do período		48.136	-
No fim do período		28.911	295.950

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

A provisão para perdas com operações de crédito efetuada com base nos percentuais mínimos estabelecidos nas normas do BACEN (Resolução 2.682/1999) é complementada por provisões adicionais em relação ao mínimo exigido pela regulamentação e fundamentada em estudo técnico interno.

g. Operações com cartão de crédito

Os valores a receber dos usuários de cartão de crédito pela utilização dos cartões para pagamento em estabelecimentos conveniados são contabilizados em "Títulos e créditos a receber", com característica de crédito. As operações de compra parceladas e o saldo devedor das operações cujos pagamentos foram efetuados pelo valor mínimo da fatura (rotativo), são reclassificados para "Operações de crédito".

h. Imobilizado de uso e intangível

O imobilizado de uso e o intangível estão registrados pelos valores de custo/aquisição. As depreciações dos ativos imobilizados são registradas pelo método linear utilizando as taxas anuais de 10% para móveis e equipamentos e 20% para equipamentos de informática.

O ativo intangível está representado por gastos com implementação de sistemas de informática e sistemas corporativos. A amortização para esses intangíveis é calculada pelo método linear. Para sistemas de informática, o prazo é de 20% até sua total amortização.

Ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável (*impairment*) no exercício ou em maior frequência, se as condições ou circunstâncias indicarem possibilidade de redução do valor de recuperação dos mesmos.

A Financeira avaliou e não identificou eventos ou condições nas circunstâncias que indicassem necessidade de *impairment*.

A vida útil do ativo imobilizado e do intangível é revisada anualmente, com base em avaliações técnicas de especialistas.

i. Passivos circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, em sua maioria, depósitos interfinanceiros, carteira própria, gastos com obrigações trabalhistas relacionados aos colaboradores e valores a repassar à lojistas e bandeiras.

j. Provisão e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões e passivos contingentes são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009. As provisões são reconhecidas nas Demonstrações Financeiras quando, baseada na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

k. Tributos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Base de Incidência	Alíquotas vigentes
Imposto de Renda	Lucro	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	Lucro	20%
PIS/PASEP	Receita	0,65%
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	Receita	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	Prest. Serviços	5%

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social são constituídos sobre diferenças temporariamente indedutíveis, prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social. As alíquotas aplicáveis são de 20% para a contribuição social e de 15% (mais adicional de 10% conforme a legislação) para imposto de renda sobre o lucro tributável apurado no exercício, ajustado por diferenças permanentes e temporárias.

A partir do exercício de 2019, a alíquota de CSLL será de 15%, considerando o disposto da Lei nº 13.169/15. Os efeitos da alteração da alíquota foram considerados no estudo da realização do crédito tributário.

A realização desses créditos tributários ocorrerá quando da realização das provisões constituídas e pela geração de lucros tributáveis, observando, para prejuízo fiscal e base negativa, o limite de 30% do lucro real do exercício-base.

l. Lucro por ação

O lucro por ação é calculado pela divisão do Lucro Líquido atribuído pela média ponderada do número de ações em circulação em cada período.

4. DISPONIBILIDADES

	2018	2017
Depósitos bancários	27.837	295.785
Disponibilidades em moeda estrangeira (a)	1.074	165
Total	28.911	295.950

(a) Em 2018 e 2017 os valores de disponibilidades em moeda estrangeira (dólar) referem-se à garantia da operação com credenciadora de cartão de crédito.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Títulos disponíveis para a venda	Até 12 meses	Valor de mercado (contábil)	Valor de custo	Marcação à mercado
Carteira própria (a)	26.953	26.953	26.963	(10)
Vinculados a compromissos de recompra (a)	25.432	25.432	25.430	2

(a) As Letras Financeiras do Tesouro possuem indexador de 100% da taxa SELIC. As mesmas são marcadas à mercado, considerando a taxa de juros livre de risco, que expressa a projeção da SELIC e do spread de crédito do emissor.

(d) Composição da carteira de operações de crédito por níveis de risco e provisão para créditos de liquidação duvidosa:

Prazo de atraso	Carteira	% cobertura	30/06/2018								
			A	B	C	D	E	F	G	H	
De 0 a 14 dias	862.367	0,6%	4.915								
De 15 a 30 dias	59.634	1,3%		751							
De 31 a 60 dias	40.635	4,8%			1.950						
De 61 a 90 dias	41.263	16,3%				6.726					
De 91 a 120 dias	31.647	49,9%					15.789				
De 121 a 150 dias	36.226	70,0%						25.355			
De 151 a 180 dias	22.994	88,6%							20.376		
Acima de 180 dias	104.913	100,0%								104.913	
Total	1.199.679		4.915	751	1.950	6.726	15.789	25.355	20.376	104.913	180.775

% cobertura BACEN
 Provisão requerida (BACEN)
 Provisão complementar (a)

(a) alocado em cada nível de risco de modo a explicitar o volume complementar.

A Financeira efetua complemento de provisão para créditos e outros créditos de liquidação duvidosa além da requerida pela Resolução 2.682/1999 levando em consideração o histórico de perdas da carteira.

	2018
Saldo inicial em 01 de janeiro de 2018	145.638
Constituição de provisão	106.058
Baixa por perdas (a)	(70.921)
Saldo em 30 de junho de 2018	180.775

(a) Os créditos baixados contra prejuízo obedecem às práticas contábeis descritas na NE 3 f.

(f) No semestre findo em 30 de junho de 2018 foram recuperados créditos anteriormente baixados como prejuízo no montante de R\$ 7.619 e foram renegociadas operações no total de R\$ 52.354.

7. RISCO DE CRÉDITO

As políticas de vendas e concessão de crédito da Financeira estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração, suportada por sistemas tecnológicos e processos avançados, vinculados à área de risco e fraude e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado pela Administração da Financeira por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e da diversificação de suas operações (pulverização do risco).

Segue a abertura da qualidade do crédito, conforme análise interna de risco da carteira e a respectiva provisão para créditos e outros créditos de liquidação duvidosa:

Classificação da qualidade do risco de crédito	30/06/2018			
	Meu Cartão	Empréstimo Pessoal	Total	PCLD
Baixo	561.174	4.467	565.641	3.500
Médio baixo	173.478	19.786	193.264	2.088
Médio	81.241	18	81.259	803
Médio alto	94.568	16.953	111.521	3.367
Alto	244.882	3.112	247.994	171.017
Total	1.155.343	44.336	1.199.679	180.775

A classificação interna do risco da qualidade do crédito da carteira do contas a receber está descrita abaixo:

- i. Baixo: Clientes com probabilidade menor ou igual a 9,3%, de apresentar atraso superior a 60 dias do vencimento.
- ii. Médio baixo: Clientes com probabilidade maior do que 9,3% e menor ou igual a 16,8%, de apresentar atraso superior a 60 dias do vencimento.
- iii. Médio: Clientes com até 4 meses de Meu Cartão, com pouco histórico de movimentação para fins de medição probabilística de inadimplência.
- iv. Médio alto: Clientes com probabilidade maior do que 16,8% e menor ou igual a 31,3%, de apresentar atraso superior a 60 dias do vencimento.
- v. Alto: Clientes com probabilidade maior do que 31,3% de apresentar atraso superior a 60 dias do vencimento.

Os recebíveis da Financeira são originados nas suas operações de crédito à pessoa física de forma massificada, com análise de crédito individual, com baixo ticket médio, tendo como característica a pulverização absoluta do risco de crédito e a ausência de instrumento de garantia, de modo que os valores registrados no contas a receber representam a dimensão adequada da exposição da Financeira ao risco de crédito.

8. IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

a. Imobilizado de uso

	2018		2017	
	Saldo inicial em 01 de janeiro de 2018	Depreciação	Valor contábil líquido	Valor contábil líquido
Instalações	451	36	(25)	462
Móveis e Equipamentos	115	4	(9)	110
Equipamentos de Informática	859	-	(107)	752
Total	1.425	40	(141)	1.324

b. Intangível

	2018		2017	
	Saldo inicial em 01 de janeiro de 2018	Amortização	Valor contábil líquido	Valor contábil líquido
Sistemas Corporativos	-	1.608	(1.608)	-
Sistemas de Informática	7.866	-	(1.084)	6.782
Total	7.866	1.608	(1.084)	6.782

Durante o ano de 2018 sistemas corporativos de melhoria estão sendo desenvolvidos e iniciará sua amortização em 2019.

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER

São compostas de empréstimos concedidos a pessoas físicas, decorrentes de operações de crédito e cartão de crédito.

(a) Composição das operações de crédito e títulos e créditos a receber por tipo de operações e vencimento:

Cartão Bandeira ("Meu Cartão")	Carteira	PCLD	30/06/2018	
			% Cobertura	
A - de 0 a 14 dias	826.549	(4.711)	0,6%	
B - de 15 a 30 dias	57.395	(723)	1,3%	
C - de 31 a 60 dias	38.799	(1.862)	4,8%	
D - de 61 a 90 dias	39.679	(6.468)	16,3%	
E - de 91 a 120 dias	30.482	(15.208)	49,9%	
F - de 121 a 150 dias	35.319	(24.720)	70,0%	
G - de 151 a 180 dias	22.514	(19.950)	88,6%	
H - acima de 180 dias	104.606	(104.606)	100,0%	
Total	1.155.343	(178.248)	15,4%	113,53%

Saldo PCLD x Mínimo requerido (BACEN)

Empréstimo Pessoal ("Saque Rápido")	Carteira	PCLD	30/06/2018	
			% Cobertura	
A - de 0 a 14 dias	35.818	(204)	0,6%	
B - de 15 a 30 dias	2.239	(28)	1,3%	
C - de 31 a 60 dias	1.836	(88)	4,8%	
D - de 61 a 90 dias	1.584	(258)	16,3%	
E - de 91 a 120 dias	1.165	(581)	49,9%	
F - de 121 a 150 dias	907	(635)	70,0%	
G - de 151 a 180 dias	480	(426)	88,6%	
H - acima de 180 dias	307	(307)	100,0%	
Total	44.336	(2.527)	5,7%	135,80%

Saldo PCLD x Mínimo requerido (BACEN)

	2018
Total operações de crédito e títulos e créditos a receber	1.199.679
Circulante	1.195.839
Realizável a longo prazo	3.840
Total	1.199.679

(c) Composição da carteira por vencimento:
 As operações de crédito apresentam o seguinte perfil por faixa de vencimento das parcelas:

	2018
Vencidos	271.177
A vencer até 3 meses	692.943
A vencer de 3 a 12 meses	231.719
A vencer de 1 a 3 anos	3.840
Total	1.199.679

	30/06/2018						
	A	B	C	D	E	F	G
Depósitos interfinanceiros (a)	36.303						
Total	36.303						

(a) Título pós-fixado, vinculado à variação diária do CDI - CETIP com remuneração básica de 104,7% da variação do CDI. A carteira foi liquidada integralmente em 02 de julho de 2018.

9. DEPÓSITOS

	2018	2017
Depósitos interfinanceiros (a)	36.303	150.000
Total	36.303	150.000

(a) Título pós-fixado, vinculado à variação diária do CDI - CETIP com remuneração básica de 104,7% da variação do CDI. A carteira foi liquidada integralmente em 02 de julho de 2018.

10. CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO

	2018	2017
Recuperação a liquidar - carteira própria (a)	25.404	-
Total	25.404	-

(a) Título pós-fixado, Letra Financeira do Tesouro (LFT), vinculado à variação diária da taxa básica de juros (SELIC), com remuneração da taxa básica de 6,4%. A carteira é utilizada para captar recurso com vencimento de D+1.

11. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

	2018	2017
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares (a)	155.706	-
Total	155.706	-

(a) Letra financeira pós fixada, vinculada à variação diária do CDI - CETIP com remuneração básica de 103,25% da variação do CDI. A carteira tem vencimento integral em dezembro de 2019.

12. FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	2018	2017
Imposto de renda e contribuição social	64.716	-
Outros impostos e contribuições a recolher	4.284	344
Total	69.000	344

13. CREDORES DIVERSOS

	2018	2017
Valores a pagar bandeiras (a)	516.001	-
Outros	8.952	1
Total	524.953	1

(a) Refere-se aos valores a repassar às bandeiras. As bandeiras são responsáveis pelo repasse dos valores aos adquirentes, que por sua vez, pagam às Empresas conveniadas. A operação é registrada na data da compra e repassada em 27 dias para operações nacionais e no dia seguinte para operações internacionais.

14. CONTINGÊNCIAS

Natureza	2018	2017
Trabalhista	9	-
Cível	3.622	-
Total	3.631	-

Em 30 de junho de 2018, para as causas trabalhistas e cíveis com probabilidade de perda provável, a Financeira provisionou 100% do risco.
 O valor total de processos com probabilidade de perda possível equivale a R\$ 1.236 em 30 de junho de 2018.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social
 O capital de constituição de R\$ 15.000 (quinze milhões de reais) fora integralizado em 21 de março de 2017. Em 07 de junho de 2017 a Financeira aumentou seu capital em R\$ 135.000 (cento e trinta e cinco milhões de reais), conforme ata registrada na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul em 11 de julho de 2017 e, em 1º de julho de 2017, a Financeira incorporou seu capital em R\$ 1 (um mil reais), conforme ata registrada na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul. A controladora direta da Financeira é a Realize Participações S.A. e a controladora indireta final é a Lojas Renner S.A. O capital social integralizado da Financeira, em 30 de junho de 2018 é de R\$ 150.001 (cento e cinquenta milhões e um mil reais) pertencente inteiramente a acionistas domiciliados no país e é composto de 150.001 (cento e cinquenta milhões e um mil) de ações ordinárias, com direito a voto, todas nominativas e sem valor nominal (em 2017 total de R\$ 150.000).
Demonstração da evolução do capital social

	Valor
Saldos em 21 de março de 2017	15.000
Integralização de capital social pela constituição em 21/03/2017	135.000
Aumento de capital social homologado em 11/07/2017	150.000
Saldos em 30 de junho de 2017	150.000
Incorporação homologada em 01/07/2017 - (NE 1)	1
Saldos em 30 de junho de 2018	150.001

b. Reserva Legal
 É constituída, à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. O saldo em 30 de junho de 2018 é de R\$ 4.458.

c. Reserva de Expansão

O objetivo da reserva de expansão é registrar a retenção de parcelas do lucro líquido, previstas em orçamento de capital, proposta pelos órgãos da Administração e aprovada pela Assembleia Geral. O saldo em 30 de junho de 2018 é de R\$ 84.469.

d. Distribuição de dividendos

Conforme descrito em estatuto social da Financeira, capítulo VII, artigo 30, "O dividendo não é obrigatório no exercício social em que a Administração julgá-lo incompatível com a situação financeira, podendo a Diretoria propor à Assembleia Geral Ordinária que se distribua dividendo inferior ao obrigatório ou nenhum dividendo.". Em ata de reunião de diretoria, realizada em 28 de dezembro de 2017 e também conforme previsto em "Plano de Negócio", fora aprovado que os acionistas da Financeira deliberassem em Assembleia de Acionistas pela não distribuição de dividendos.
 O resultado apurado em 30 de junho de 2018 foi destinado a reserva legal e reserva de expansão, conforme ata de reunião de diretoria, em 16 de julho de 2018.

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a. Imposto de renda e contribuição social
 A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada no resultado é demonstrado como segue:

	2018	2017
Resultado antes do IR e CS	107.150	(440)
Alíquota fiscal combinada	45%	45%
(Despesas) Receita de tributos à alíquota nominal	(48.218)	198
(Adições) Excluídos permanentes		
Brindes	(53)	-
Multas indedutíveis	(5)	-
Incentivos fiscais (PAT)	200	-
Parcela isenta do adicional de 10%	12	-
Diferença alíquota crédito tributário CSLL - (5%)	(3.785)	-
IR e CS no resultado do semestre	(51.849)	198
Corrente	(64.716)	-
Diferido	12.867	198
Alíquota efetiva	48%	45%

b. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 30 de junho de 2018, o ativo fiscal diferido é decorrente de provisão para crédito de liquidação duvidosa, ajuste de mercado, contingências cíveis e trabalhistas e está registrado no grupo "Outros Créditos" e é assim representado:

	2018	2017
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	180.775	
Provisão para contingências cíveis	3.622	
Provisão para contingências trabalhistas	9	
Títulos e valores mobiliários - marcação à mercado	9	
Total	184.415	184.415
Alíquota fiscal IRPJ	25%	

A Realize Crédito, Financiamento e Investimento S.A. não concede benefícios de longo prazo e remuneração baseada em ações para o pessoal chave da Administração. Conforme Legislação vigente, não foram concedidos empréstimos ou adiantamentos para: (i) Diretores e membros do Conselho, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau; (ii) Às pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10% (dez por cento), salvo autorização específica do Banco Central do Brasil, em cada caso, quando se tratar de operações lastreadas por efeitos comerciais resultantes de transações de compra e venda ou penhor de mercadorias, em limites que forem fixadas pelo CMN, em caráter geral; (iii) Às pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10% (dez por cento); (iv) Às pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10% (dez por cento), quaisquer dos diretores ou administradores da própria instituição financeira, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até 2º grau.

21. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Realize Crédito, Financiamento e Investimento S.A. possui estrutura, alocada na Gerência de Riscos e Compliance, dedicada ao gerenciamento contínuo e integrado dos riscos de conformidade, compreendendo a atuação de Compliance, controles internos e

DIRETORIA

Laurence Beltrão Gomes
Diretor Presidente

Fabiana Silva Taccola
Diretora

Waldir Vicente D'Agrella
Contador - CRC: SP-205405/O-0-T-RS

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores da
Realize Crédito, Financiamento e Investimento S.A.
Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Realize Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (Financeira), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Realize Crédito, Financiamento e Investimento S.A. em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Financeira, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Financeira é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso

conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Financeira continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Financeira ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os

controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Financeira.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Financeira. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Financeira a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 14 de agosto de 2018

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os

• **Risco Operacional:** é monitorado através de ciclos semestrais que compreendem a investigação, análise e decisões sobre os riscos mapeados de acordo com o impacto e probabilidade estimados.

• **Risco de Crédito:** existe a busca constante na adoção das melhores práticas nos processos de cadastro, modelagem e cobrança sob a responsabilidade da Gerência de Crédito e Cobrança e o monitoramento, executado pela Gerência de Riscos e Compliance adotando as melhores práticas na segregação das funções. Por fim, através da governança exercida em conjunto com a realização do Comitê de Caixa, Comitê de Ativos e Passivos, Comitê de Crédito e Cobrança e do Comitê de Riscos.

• **Riscos e Compliance:** a Realize Crédito, Financiamento e Investimento busca o equilíbrio entre as exposições aos riscos e a lucratividade, sempre em conformidade com a legislação vigente.

22. COBERTURA DE SEGUROS

Em 30 de junho de 2018, a cobertura de seguros contra riscos patrimoniais era composta por R\$ 4.616. Para o risco de responsabilidade civil, a Financeira é co-segurada na Apólice das Lojas Renner S.A.

DADOS DO CONTADOR

Porto Alegre, 14 de agosto de 2018

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os

controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Financeira.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Financeira. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Financeira a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 14 de agosto de 2018

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os



KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/F-7
Cristiano Jardim Seguecio
Contador CRC SP-244525/O-9 T-RS